

- TOREN, C. (1993), *Making History: the Significance of Childhood Cognition for a Comparative Anthropology of Mind*, Man, 28, 461-478.
- TORRESAN, Â. (1994). *Quem parte e quem fica. Uma Etnografia sobre os Imigrantes Brasileiros em Londres*, Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- TILLY, C. (1990). "Transplanted Networks". In MCAUGHLIN, V. (ed.) *Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- TURNER, V. (1985). "Experience and Anthropology". In TUNER, Edith (org.), *On the Edge of the Bush: Anthropology of Experience*, Tucson, Arizona: The University of Arizona Press, 177-204
- WALL, S. (2006). "An autoethnography on learning about autoethnography". *International Journal of Qualitative Methods*, 5(2), Article 9. 2006. Disponível em http://www.ualberta.ca/~iiqm/backissues/5_2/pdf/wall.pdf
Acesso em: 24/07/2008.
- WALL, K., NUNES, C. e MATIAS, A.R. (2005). "Female Migrations Vision: Immigrant Women in Portugal: Migration Trajectories", Main Problems and Policies, Working Papers Instituto de Ciências Sociais, http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2005/wp2005_7.pdf
(acesso: 06/04/08)
- VIEGAS, S. (1996). *Pessoas Presentes, Pessoas Ausentes: Processos de Intersubjectivos de Consciência do Tempo no Envelhecimento*. In (org) ALMEIDA, M. V. *Corpo presente: treze reflexões antropológicas sobre o corpo*, , Oeiras: Celta Editora

Homossexualidade na Reclusão Feminina: Discursos, Representações e Práticas.

Liliana Rodrigues

Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho

lilianarodrigues021184@gmail.com

Resumo: Este estudo teve como objectivo analisar os discursos, representações e práticas das reclusas de dois estabelecimentos prisionais, face às questões da homossexualidade vivida e observada nas prisões femininas. Para tal, aplicou-se entrevistas sobre a homossexualidade em contexto prisional, em liberdade entre outras questões consideradas relevantes para o estudo. Um dos estabelecimentos prisionais em que foram aplicadas as entrevistas foi no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, situado na região norte de Portugal, Porto e o outro foi a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, no sul do Brasil, Porto Alegre. Algumas conclusões surgiram a partir deste estudo. Constatou-se que as opiniões, sentimentos e práticas em relação à homossexualidade em meio prisional poderão estar intimamente relacionada com os princípios que regem cada prisão em que as reclusas cumprem pena, neste caso em específico por se tratar de estabelecimentos prisionais de países diferentes, que comportam culturas diferentes e ao mesmo tempo essa diferença também é observada atrás das grades. Ainda, observou-se que o modo como a homossexualidade é vivida e percebida numa prisão feminina é diferente de uma prisão masculina. Constatou-se, finalmente, que a homossexualidade na prisão é uma realidade de todos os tempos, tendo-se percebido uma visibilidade crescente a inquietação de estudar esta realidade no feminino.

Palavras-chave: Homossexualidade; Lésbicas; Reclusão Feminina.

INTRODUÇÃO

A presente investigação consistiu em conhecer como a homossexualidade é percebida, discursada e vivida por mulheres que cumprem pena no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, Portugal e na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Brasil.

Uma das questões que impulsionou este estudo, foi a tentativa de lançar para os palcos da sociedade um tema que, vulgarmente, é apenas pensado no masculino. Cada vez mais se tem vindo a conhecer a existência de comportamentos homossexuais dentro das prisões, no entanto, parece que o foco de estudo incide, sempre sobre o sexo masculino, "esquecendo" que as mulheres também se encontram nessas condições e têm viveres e acções próprias da condição feminina.

Sempre foi interesse da autora estudar as questões de género e da orientação sexual aos olhos da Psicologia da Justiça, na tentativa de alargar a consciência social de cada indivíduo face à homossexualidade nas prisões femininas.

Encarar a mulher como agente e responsável por aquilo que faz é uma necessidade que se impera, mas também é importante dar a conhecer que a mulher lésbica e presa pela sua condição de género, de orientação sexual e de reclusão é cada vez mais subjugada. Conhecer como as reclusas perceberam e viveram a realidade da homossexualidade segundo as suas próprias lentes, considerando os seus discursos os "mais" válidos para qualquer discussão de estudos, foi a razão principal de toda a investigação.

HOMOSSEXUALIDADE NA PRISÃO – ALGUNS ESTUDO

Numa primeira análise, será crucial, dar a conhecer alguns estudos desenvolvidos, sobre o conceito da homossexualidade, vivido nas prisões, de forma a poder, de algum modo, sustentar os pressupostos defendidos não apenas

através da presente investigação, mas também pelos estudos, anteriormente, realizados, de forma a tornar um pouco mais consistente o referido estudo.

Segundo Clemmer (1940) todos os reclusos estariam sujeitos a um processo que se intitula “prisão-escola-do-crime”, pelo facto de mostrar que, em todas as prisões, se enfatiza e desenvolvem os aspectos criminogéneos e desviantes dentro destas, e, que nenhum recluso estaria imune aos “factores universais” do encarceramento (cit. por Cunha, 1990).

Clemmer (1940) referiu, ainda, que a rapidez e intensidade de prisionização não seriam iguais, para todos os reclusos, sendo que desenvolveu uma estratificação dos tipos de interiorização da cultura prisional, através de factores como a duração da pena, a integração social pré-penal, a manutenção dos laços sociais com o exterior, durante o período de reclusão, a perfilhação dos grupos de reclusos primários, a participação no jogo e em actividades sexuais desviantes, entre outros (cit. por Cunha 1990).

Por sua vez Wheeler (1961) ao acompanhar os reclusos, desde a sua entrada, até ao momento da liberdade observou que os reclusos, no momento inicial, estavam em conformidade com as expectativas e valores do staff, no período intermédio constatou uma não conformidade social e uma adopção dos códigos dos reclusos e na fase final, próxima da liberdade viu o abandono dos valores da cultura prisional e o retomar das atitudes conformistas (cit. por Cunha, 1990).

Já Sykes e Messinger (1956) consideram que o código social dos reclusos desenvolver-se-ia em resposta às cinco “pains of imprisonment” (dificuldades que decorrem das privações ocasionais pela reclusão), sendo elas, privação de liberdade e sentimento de rejeição pela comunidade; privação material, relativa a bens e serviços; privação sexual, ou de contactos heterossexuais; privação de autonomia, relacionada com a degradação estatutária; e por fim a privação da segurança pessoal, dado que o convívio forçado com diferentes tipos de delinquentes expõe o indivíduo a vários riscos (cit. por Cunha, 1990).

O código dos reclusos e o sistema social que ele rege ao atender aspectos como, por exemplo, a solidariedade, o contrabando e a homossexualidade, surgiria mais como uma adaptação às condições da vida prisional, e funcionaria como um amortecedor do choque que ela ocasiona, concorrendo para restaurar a auto-imagem e recuperar direitos básicos (Cunha, 1990).

Ward & Kassebaum (1964, 1965) evidenciaram a díade homossexual e descreveram as várias modalidades relacionais que ela assumia, numa prisão feminina. O desenvolvimento homossexual corresponderia à resposta adaptativa predominante à prisão, e a principal base da sua sub-cultura. Essa sub-cultura seria inexistente nos moldes em que, inicialmente, foi constatada nos estabelecimentos prisionais masculinos, dada a não relevância de um código recluso, traduzida na ausência de solidariedade de grupo e dos papeis do sistema tradicional, como por exemplo o “negociante”, o “gorila”, o duro (cit. por Cunha, 1994).

Ainda segundo Ward & Kassebaum (1964, 1965) a homossexualidade é o mecanismo de ajustamento prioritário, se não único, às privações prisionais. Encaram a homossexualidade como uma resposta promovida pela privação emocional, já que consideram que as mulheres na sociedade em geral, seriam, emocionalmente, mais dependentes dos familiares e, por outra razão, considerarem que as reclusas seriam incapazes de gerirem de forma autónoma a sua vivência na prisão e enfatizam as componentes afectivas das relações entre reclusas, alegando que “as mulheres requerem mais apoio emocional que os homens” (cit. por Cunha, 1990, p. 176). Ward & Kassebaum (1964, 1965) deixaram implícito também que havia continuidade dos comportamentos na sociedade global e nas prisões, mas limitaram-se a utilizar os estereótipos psicológicos que caracterizam as mulheres como infantis, frágeis e, emocionalmente, dependentes (Cunha, 1990).

Tittle (1969) evidenciou que na sub-cultura das prisões femininas em oposição à versão prisional masculina, as mulheres ligavam-se a pequenos grupos ou a uma amiga preferencial, ao contrário dos homens presos, que supostamente estavam ligados a agrupamentos de maior número (cit. por Cunha, 1994). “A homossexualidade começa por ser um dos idiomas em que se exprime a não identificação de grupo” (Cunha, 1994, p. 146).

Propper (1976) defende que a homossexualidade numa prisão feminina basear-se-ia numa opção sexual das reclusas prévia à reclusão e discorda dos resultados de Mitchell (1975) que, ao comparar um prisão regida pelos princípios de segurança e disciplina com outra prisão orientada pelo princípio de tratamento, encontrou uma maior percentagem de casos homossexuais na prisão regida pelo princípio de tratamento. Segundo Propper (1976) esta divergência de resultados não seria explicada pela diferença de regime dos estabelecimentos prisionais, mas explicada pela variada proporção de reclusas com uma história prévia de homossexualidade, maior na prisão com regime orientado pelo princípio terapêutico (cit. por Cunha, 1994).

Segundo Ibrahim (1974) a forma de encarar a homossexualidade feminina na prisão contrasta com a vivência homossexual masculina na prisão, porque esta última é encarada como meio alternativo de satisfazer as pulsões sexuais, visto tornarem-se inexequíveis as práticas heterossexuais normais (cit. por Cunha, 1994).

Ainda podemos considerar a sexualidade como uma construção cultural a partir do momento em que são convocados dois modelos sociais da sexualidade vigentes, consoante se trate do universo em causa, feminino ou masculino. Existe o modelo emocional e o modelo hidráulico, sendo este último modelo uma força pulsional incontrollável que compele o indivíduo a procurar sujeitos para satisfazer os impulsos sexuais (Caplan, 1987; cit. por Cunha, 1990).

Algumas reclusas mostram uma moralidade tolerante no que diz respeito aos comportamentos homossexuais, racionalizados como situacionais e decorrentes de carências afectivas, a maioria condena-os e não os encara como uma sexualidade “verdadeira”. Estas mulheres possuem padrões morais tradicionais, cujas atitudes reflectem os pontos de vista convencionais (Cunha, 1990).

Para além dos padrões morais tradicionais que explicam muitas das posições face ao comportamento homossexual, existem também diferentes culturas e etnias que reprovam esse tipo de comportamento, sendo por exemplo o caso da população Cigana, cujo padrões de vida e modos de estar convencionais, penalizam a homossexualidade ou os comportamentos homossexuais.

Nas prisões femininas existem associações que configuram pares de amigas preferenciais, delimitados pela intimidade, pelas confidências, pela estreita entreajuda, e pela partilha de bens trazidos pelas visitas.

Um outro tipo de ligações são os elos constituídos, pelo menos, por uma pessoa homo ou bissexual que se assume livremente como tal, que não negam o carácter sexual da presente relação e cujo envolvimento afectivo, é conscientemente prudente e controlado. No entanto estas relações não são frequentes (Cunha, 1990).

Há ainda um tipo de relação entre reclusas que caracteriza uma parte significativa das existentes na prisão. Corresponde a pares, cujo grau de estabilidade é muito variável. Essas relações iniciam-se através de ofertas, de cartas e entre elas vigora o princípio de fidelidade, de exclusividade. Às vezes a relação destes pares tem um carácter assimétrico, ou seja, uma das parceiras exerce dominância e autoridade sobre a outra, sendo, vulgarmente, atribuída a essas características masculinas (Cunha, 1990).

Os pares supostamente homossexuais correspondem a reproduções de vínculos familiares e de relações de pertença, reproduções que são alimentadas pela privação da família e de outros laços, aquando da entrada no sistema prisional, sendo agravado, ao longo dos tempos, porque vai ocorrendo uma menor fluência das visitas, ficando as reclusas com pouco acesso às relações do exterior das grades.

As privações ocasionadas pela prisão não podem ser consideradas como único factor explicativo das configurações sócio-culturais que aí se desenvolvem e ao mesmo tempo como refere Giallombardo (1974) a natureza das respostas das comunidades prisionais é “influenciada pela participação diferencial dos homens e das mulheres na cultura exterior” (cit. por Cunha, p. 180).

Assim, as prisões não existem no vazio, elas reflectem a sociedade global, qualquer fenómeno a ser falado não se deve circunscrever a estas instituições/organizações. No entanto, não podemos esquecer a especificidade de um fenómeno. É importante encarar estas duas realidades não como posições opostas, mas considerando a possibilidade de existir cada uma delas.

MÉTODO

Participantes:

Os sujeitos deste estudo foram 10 reclusas da Ala 3 do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, Portugal e 10 reclusas condenadas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Brasil. Estas reclusas foram seleccionadas intencionalmente, tendo apenas uma condição em comum, serem condenadas, sendo que em Portugal incidiu-se apenas na ala 3, enquanto que no Brasil, foram reclusas condenadas de várias alas. Pretendeu-se que as reclusas a ser entrevistadas fossem condenadas porque se considerou que à priori estariam mais tempo presas e dessa forma poderiam ter uma percepção mais consistente e duradoura da realidade da homossexualidade na prisão.

Será crucial neste momento fazer uma caracterização, mesmo que breve, das reclusas deste estudo. De forma a conhecer a sua realidade, facilitando, desta forma, uma melhor compreensão desta investigação.

No que diz respeito à idade actual das reclusas do estudo, esta está compreendida entre os 25 e os 57 anos. Das 20 entrevistadas, conheceu-se que 15 são solteiras, 3 casadas, 1 viúva e 1 divorciada/separada.

Na presente investigação temos reclusas de diferentes nacionalidades, sendo: 1 holandesa, 6 portuguesas e 3 brasileiras, no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, enquanto temos 10 brasileiras de diferentes estados do Brasil, na Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

Ainda, das entrevistadas pôde-se constatar que estas possuíam um baixo nível sócio-económico e baixo nível de escolaridade. As reclusas do estudo, tendo em conta o nível sócio-económico e de escolaridade é representativa da população presa dos dois estabelecimentos prisionais, mas salienta-se o Brasil, em que o baixo nível sócio-económico e baixo nível de escolaridade parece ser uma constante da realidade prisional brasileira, em específico, no Madre Pelletier em Porto Alegre, Brasil.

No que se refere ao tipo de crime cometido pelas reclusas do presente estudo, existe um predomínio no crime de Tráfico E Outras Actividades Ilícitas. Considerando cada prisão, separadamente, em Portugal prevalece o Tráfico, existindo também um crime de Condução De Veículos Sem Habilitação Legal e outra reclusa que cometeu crime de Burla Qualificada. Das reclusas entrevistadas da Penitenciária Madre Pelletier houve 4 crimes de Latrocínio¹, 2 crimes de Roubo², 2 crimes de Tráfico E Outras Actividades Ilícitas e 2 crimes de Homicídio.

¹ É um tipo penal, em alguns sistemas jurídicos, derivado do crime de roubo (crime-fim), onde o homicídio é o crime-meio, ou seja, mata-se para roubar.

² Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de haver-la, por qualquer meio, reduzindo à impossibilidade de resistência, segundo o código penal brasileiro.

Instrumentos e medidas:

Foi utilizado o seguinte instrumento e/ou medida de avaliação: Um guião de entrevista, dirigidos às vinte reclusas, tendo sido construídos após consulta de informação sobre o tema. O guião era constituído por questões como: Percepção do número de lésbicas na prisão; Sentimentos, crenças/posições e comportamentos face à homossexualidade na prisão; diferença ou semelhança entre a homossexualidade na prisão e em liberdade; homossexualidade e/ou comportamento homossexual resultado da privação de uma imagem masculina; homossexualidade resultado da privação familiar e amigos; discriminação na prisão; e por fim, gestão de conflitos.

Procedimento:

Houve dois momentos centrais de aplicação das entrevistas. Num primeiro momento foram aplicadas 10 entrevistas às reclusas do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, e no segundo momento aplicou-se 10 entrevistas às reclusas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

No primeiro momento aplicou-se as 10 entrevistas intercaladas com as respectivas transcrições dentro do estabelecimento prisional e cada entrevista teve a duração média de 20 minutos.

No segundo momento a aplicação das entrevistas não foram intercaladas com as transcrições porque, as condições da Penitenciária Feminina Madre Pelletier não eram adequadas para transcrever as entrevistas internamente, podendo prejudicar o próprio funcionamento da prisão, dessa forma as transcrições foram feitas num local exterior à penitenciária. A duração média das entrevistas foi de 20 minutos como em Portugal.

Da análise das entrevistas transcritas foram extraídas Unidades de Significado, que permitiram chegar a alguns resultados e conclusões, uma vez que as mesmas correspondem a categorias que integram o corpo do referido estudo.

PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE DE DADOS

A análise e tratamento da informação constituíram a fase posterior da presente investigação, sendo que se tentou que o espaço de tempo decorrente entre a aplicação das entrevistas às reclusas não fosse muito distante da análise e interpretação dos dados.

Adoptou-se uma metodologia qualitativa, ou seja investigação orientada para a descoberta, em específico realizou-se a análise de conteúdo. Os elementos e categorias de resposta bem como os padrões e as relações entre os dados recolhidos só emergiram após a observação posterior da informação, não sendo pré-determinados pelo investigador (Miles & Huberman, 1994; Tesch, 1990).

Este processo de análise incluiu quatro fases distintas (Côté & Salmela, 1994; Côté et al., 1993; Côté, Salmela & Russell, 1995b; Tesch, 1990). Numa primeira fase centrou-se na “criação de etiquetas” (“creating tags”), agrupando-se a informação por conceitos que representavam adequadamente a transcrição das entrevistas, de modo a criar “unidades de significado” (US). As US são segmentos de texto suficientemente compreensíveis por si só e contêm uma ideia, episódio ou “segmento” de informação.

Na segunda etapa, observaram-se as relações entre as unidades de significado, comparando-as e agrupando-as em áreas mais globais de informação, designadas por “propriedades”, tentando-se assim obter uma maior congruência entre as várias US, que passavam a partilhar uma determinada característica em comum. O momento seguinte seguiu uma lógica semelhante à anterior, realizando-se comparações e agrupamentos entre as propriedades, de modo a identificar pontos de contacto e especificidades que as diferenciavam entre si, dando assim origem ao estabelecimento de “categorias”. A criação de uma categoria implica aceitar que esta consegue englobar a informação fundamental incluída num determinado número de unidades de significado com uma propriedade em comum. Na última fase, examinou-se o conteúdo de cada uma das categorias estabelecidas, prestando-se, novamente, atenção às semelhanças e diferenças entre elas, através da comparação das suas propriedades, averiguando-se a necessidade de as agrupar em “componentes” mais alargadas que explicassem de forma mais adequada os diferentes domínios da informação.

RESULTADOS

Com a aplicação das vinte entrevistas pode-se definir 211 unidades de significado, 7 componentes e 19 categorias. De salientar que as componentes que obtiveram um maior número de unidades de significado foram a origem da homossexualidade e comportamento homossexual com 69 US; o lugar vivencial da homossexualidade com 37 US; e as crenças/posições em relação à homossexualidade e ao comportamento homossexual com 35 US.

Já no que toca às componentes com menores unidades de significado encontramos a discriminação em relação às lésbicas com 12 US; de seguida os sentimentos em relação à homossexualidade e ao comportamento homossexual com 15 US; depois os comportamentos/reacções em relação à homossexualidade e ao comportamento homossexual com 20 US; e por fim a gestão de conflitos na prisão com 23 US.

Seguir-se-á uma descrição das componentes, referindo as respectivas categorias exemplificadas com excertos das transcrições. Relativamente à primeira componente – sentimentos em relação à homossexualidade e ao comportamento

homossexual – esta é constituída por duas categorias que se referem como cada reclusa se sente perante a realidade homossexual, são estas: sentimentos positivos e negativos.

Exemplo de US para a categoria “sentimentos positivos”: “Eu gosto de ser assim! Já vivi com um homem, mas não estive bem e depois que eu estou com essa companheira minha, me sinto muito bem, desde então sou feliz. Muito!” (US M.J.).

Exemplo de US para a categoria “sentimentos negativos”: “Ai... eu me sinto mal com a situação. Que nem na minha galeria tem duas mulheres que praticamente, homem faz o papel de homem e a outra faz o papel de mulher. Só que a gente se sente mal porque, né? Porque a gente sei lá, foi criada de uma maneira diferente, né? Então, eu fui conhecer essas coisas na cidade, porque no interior não existe, né?” (US E.B.).

Da segunda componente “Comportamentos/ Reações em relação à homossexualidade e comportamento homossexual” faz parte as categorias “Positivas” e “Negativas”. Aqui se pretende conhecer qual os comportamentos adoptados pelas entrevistadas em relação à temática, se elas têm comportamentos homossexuais na prisão ou como reagem aos comportamentos homossexuais na prisão das outras reclusas. Como exemplos temos respectivamente as seguintes Unidades de Significado.

Exemplo de US: Sim, já vi. Eu virei as costas e segui o meu caminho. Não disse nada e nem tenho nada que dizer” (US A.A.).

Exemplo de US: “Claro! Dão beijos, agarram-se, colam-se umas às outras, deitam-se e estão com a cela aberta. Vejo-as despidas da cintura para baixo (...)” (US P.S.).

A terceira componente “Crenças/posições em relação à homossexualidade e ao comportamento homossexual” incorpora duas categorias sendo que uma delas corresponde às crenças ou posições positivas face à realidade da homossexualidade ou ao comportamento homossexual e a outra corresponde às posições ou crenças negativas. Considerou-se posição/crença positiva, aquela que é mais considerada pela literatura ou ao nível dos direitos humanos.

Exemplo de US para a categoria “crenças positivas”: “Eu acho que tenho que respeitar as decisões das pessoas e gostos das pessoas, mas agora acho que as pessoas também têm que respeitar as próprias colegas porque isto é um ambiente fechado e temos que nos respeitar (...)” (US P.S.).

Exemplo de US para a categoria “crenças negativas”: “Eu não acho bem. Deus fez o homem para a mulher” (US A.M.).

No que diz respeito à quarta componente “Lugar vivencial da Homossexualidade” esta incorpora duas categorias, sendo elas “em liberdade” e “na Prisão”. Corresponde à percepção das reclusas acerca da homossexualidade em liberdade e na prisão, se era uma realidade análoga ou se havia alguma diferença, como elas se sentiam e o que conheciam.

Exemplo de US para a categoria “em liberdade”: “Porque é difícil ser homossexual lá fora e assumir. Por causa da sociedade e mais por causa da família, a família não aceita.” (US A.S.).

Exemplo de US para a categoria “na prisão”: “(...) aqui dentro tu tá restrito do mundo... não são as pessoas que te vêem na rua, não são as pessoas que convive contigo. E aqui dentro só as pessoas que estão presas sabem, né? Tanto as apenas como os funcionários.” (US A.S.).

No que concerne à quinta componente: “Origem da Homossexualidade e comportamento homossexual” baseia-se na percepção que as reclusas têm da origem da homossexualidade e esta componente incorpora quatro categorias, sendo elas, quando nasce; privação afectiva/sexual; ausência de uma imagem masculina; e por fim vivência situacional. Quando se refere à categoria “quando nasce” pretende-se evidenciar que a homossexualidade tem um carácter biológico e que não teve nenhuma escolha. No que diz respeito à segunda categoria, privação afectiva/sexual se demonstra que pelo facto das reclusas dentro do sistema prisional estarem privadas de afectividade/sexualidade com mais frequência do que em liberdade, manifestam esse comportamento homossexual. A terceira categoria mostra que numa prisão feminina as pessoas que mais convivem com as reclusas são mulheres, desta forma existiria um reduzido contacto com homens e este facto poderia levar à origem do comportamento homossexual. A última categoria “vivência situacional” corresponde ao facto de estarem presas e manifestam o comportamento homossexual, porque existiu um conjunto de situações que facilitaram essa prática sexual. Como exemplos temos respectivamente as seguintes Unidades de Significado.

Exemplo de US: “Eu sou desde criança assim, então quer dizer eu sou homossexual ai desde criança, entende? Sapatão, eu desde criança que sou assim né, eu vivi em Psicólogos para me aceitar porque eu não me aceito ainda, já me tentei matar e tudo. Porque é assim, elas pensam que é porque nós quer ser assim, não, é porque a gente nasce assim” (US L.S.).

Exemplo de US: “Eu acho que tem a ver com o facto de tar aqui dentro. Carência bate, a distancia das pessoas que... convive até com o marido ou a decepção do companheiro que quando cai aqui espera uma coisa e acaba acontecendo outra. Abandono, traição e isso favorece a bissexualidade ou o bissexualismo.” (US A.S.).

Exemplo de US: “Eu vi várias que lá na rua não, lá na rua dizem que eram casadas e pelos vistos chegou aqui dentro e... e teve um relacionamento aqui dentro com uma mulher e isso acho que não é por falta da família, acho que é por falta, carência não da família, mas do homem, do homem mesmo. Que aí ela procura na outra mulher.” (US C.P.).

Exemplo de US: “(...) se encontram aqui dentro, daí de repente elas não se envolvem lá fora porque tem muitas oportunidades. Tipo assim, de repente tirar uma curiosidade aqui dentro, acho que tem oportunidade e daí acontece que muitas vezes gostam e tem umas que leva adiante e outras não.” (US J.S.).

No que toca à sexta componente “Gestão de conflitos na prisão” pode-se dizer que esta engloba duas categorias, sendo elas, “diferenciada positiva ou negativamente” e “não diferenciada”. No que concerne à gestão de conflitos diferenciada aqui se pretende evidenciar quando as reclusas são tratadas de forma diferente, tendo em conta o conhecimento da sua orientação sexual, quer sejam penalizadas ou favorecidas. Já na gestão de conflitos não diferenciados se observa que a gestão de conflitos é resolvida de igual forma, tanto para heterossexuais como para homossexuais, sendo que nenhuma tem privilégios, nem punições injustamente. São tratadas de igual forma, porque, efectivamente, estão num sistema prisional.

Exemplo de US para a categoria “ diferenciada positiva ou negativamente”: “(...) lá a subchefe de lá colocou a gente na mesma cela, porque nós conversamos, entendeu? Então eles lá entendem melhor, os guardas, a Directora, tudo lá entende melhor” (US L.S.).

Exemplo de US para a categoria “não diferenciada”: “Eu nunca, assim dos guardas, das guardas, nunca. Me trataram super bem, não é? Na minha frente, claro. Mas teve uma vez assim que acho que riam de mim, não sei... Mas não me tratam mal, não” (US L.S.).

No que respeita à sétima componente “discriminação em relação às lésbicas” pode-se dizer que esta incorpora cinco categorias: “reclusas heterossexuais ciganas”; “reclusas heterossexuais não ciganas”; “reclusas homossexuais ciganas”; “reclusas homossexuais não ciganas” e a última categoria “reclusas em geral”. Num primeiro momento será interessante referir que apenas surgiram unidades de significado das seguintes categorias: reclusas heterossexuais ciganas, reclusas homossexuais não ciganas e reclusas em geral. As categorias: reclusas heterossexuais ciganas, reclusas homossexuais não ciganas e reclusas em geral correspondem aos discursos discriminatórios que as reclusas têm em relação às lésbicas. Como exemplos temos respectivamente as seguintes unidade de significado.

Exemplo de US: “(...) eu aqui em Santa Cruz do Bispo eu sofri mais, eu sofro mais aqui o preconceito do que lá em Tires, que eu era de Tires. Desde que estou aqui eu sinto mais o preconceito do que lá em Tires. Por causa do meu jeito, do jeito de me vestir, porque eu pareço muito com um homem né?! Lá em Tires não, lá tinha poucas Ciganas (...)” (US L.S.).

Exemplo de US: “Agora das reclusas aquelas que criticam acabam fazê-lo. Então. Esta ala é muito desequilibrada. Tem muitos desequilíbrios. Há pessoas aí que critica e depois acabou fazer” (US M.C.).

Exemplo de US: “Acho! É... é mais a reclusas. Há reclusas aqui que não aceitam que vivem esse tipo de vivência” (US A.A.).

DISCUSSÃO GERAL E CONCLUSÕES

A investigação realizada não apresentou resultados consistentes, visto que, depende em larga medida das concepções que as próprias reclusas têm do mundo e a partir do momento em que se baseia nas percepções que elas mesmas têm dessa realidade, não se poderá considerar este estudo como conclusivo, pois existe a consciência que os acontecimentos se interpretam consoante as lentes conceptuais do seu autor.

No entanto e começando por expor os contrapontos do presente estudo, pode referir-se que nas cadeias, tanto no Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, como na Penitenciária Feminina Madre Pelletier existem, alguns pontos de contacto com as configurações relevantes na literatura sobre as prisões femininas.

No que diz respeito aos sentimentos em relação à homossexualidade e/ou comportamentos homossexuais observa-se que no presente estudo não existem dados consistentes, sendo que neste aspecto as posições são bastante divergentes. Das entrevistadas, encontram-se umas com sentimentos positivos ou neutros em relação à homossexualidade, enquanto que outras manifestam uma postura depreciativa. Será interessante referir que os resultados corroboram com a literatura porque, se considera que as reclusas que têm uma posição mais negativa são as mais velhas e as ciganas, enquanto que aquelas que têm sentimentos mais positivos referem-se às mais jovens.

No que concerne à prática da homossexualidade e às reacções face a esse comportamento constatou-se algumas diferenças tendo em conta os dois estabelecimentos prisionais, provavelmente, pelas diferentes normas que estes são regidos. Na prisão do Brasil observa-se uma maior liberdade comportamental, sendo, inclusive, os comportamentos homossexuais “reforçados”. As reacções na prisão portuguesa são, geralmente, negativas, podendo ser explicadas pela grande quantidade de ciganas que aí se encontram.

O comportamento homossexual é uma realidade das prisões portuguesas, mas é mais valorizado na prisão brasileira. Nesta última, não existe população cigana, e a maior percentagem da população presa é jovem. Todos esses dados vão, mais uma vez, de encontro com aquilo que se observou na revisão de literatura sobre o tema.

Em relação às crenças face à homossexualidade na prisão existe uma maior proporção de reclusas com crenças/ posições positivas ou pelo menos, neutras, no entanto, essa diferença não é muito evidente.

Uma outra questão que se debate encontra-se na percepção das reclusas, em relação à vivência homossexual, dentro das prisões e em liberdade. Neste ponto, os dados convergem, tendo em conta os diferentes estabelecimentos prisionais, uma vez que existe a ideia de que a prática é mais visível nas prisões do que em liberdade, no entanto as reclusas da prisão do Brasil revelaram a existência de maior preconceito da homossexualidade em liberdade, mostrando que na prisão ela é aceite. A prisão parece favorecer o comportamento homossexual em detrimento de em liberdade. No entanto, ainda existe a dificuldade de conviver com essa realidade por algumas reclusas, que só conheceram esse comportamento na prisão, e numa prisão em que as regras de convivência são impostas muito implicitamente.

No que diz respeito à explicação da homossexualidade as posições das reclusas são divergentes, salientando-se, contudo, o carácter biológico “quando nasce” e por outro a “privação sexual/afectiva”, sendo que houve maior evidência desta última. Observou-se que as reclusas que se consideravam lésbicas, já antes de entrarem no sistema prisional referiram que a homossexualidade se devia à questão biológica. Por sua vez, os comportamentos homossexuais dentro da prisão eram explicados muitas vezes pela privação de laços afectivos, não, obrigatoriamente, de uma privação masculina, no entanto também se observou posições nessa categoria.

O pressuposto de se relacionar o comportamento homossexual na prisão feminina com a privação afectiva e relacionar o comportamento homossexual na prisão masculina com a privação sexual é igual à posição das próprias reclusas do estudo. Aqui denota-se que as questões de género ainda estão muito presentes na vida em sociedade e que são transpostas para a vida atrás das grades. A questão da privação afectiva, não, forçosamente, de um marido, salientou-se na realidade das prisões brasileiras, uma vez que o isolamento das reclusas é elevado, comparativamente com a realidade portuguesa.

No Brasil, as reclusas encontram-se por vários motivos afastadas dos familiares e amigos e não há sensibilização dos responsáveis para a gravidade das consequências relacionadas com o não recebimento de visitas para o processo de ressocialização das mesmas. O rompimento de laços afectivos das reclusas com a “comunidade” contribui para o sentimento de isolamento do mundo, tendo que interpretar que a prisão é o seu único lugar de existência do universo. Essa condição poderá contribuir para o desenvolvimento de uma relação de dependência da mulher presa em relação à unidade prisional, seja relacionada às outras reclusas (por exemplo numa relação homossexual), seja relacionada aos funcionários(as), reiterando a vulnerabilidade da sua posição na lógica interna das unidades prisionais, e, mais uma vez, as diferenciando, negativamente, da experiência vivida pelos presos homens.

Constatou-se também que o comportamento homossexual nas prisões poderá ser explicado pela existência de uma sub-cultura, dentro da própria cultura prisional. O comportamento homossexual poderia, realmente, corresponder a uma forma de se “adaptar” ao sistema prisional, principalmente pela privação dos laços familiares, no entanto, essa privação não poderá, unicamente, significar a causa desse comportamento na prisão, uma vez que, se encontrou algumas reclusas que não manifestavam esse comportamento, e mesmo assim estavam privadas dos seus laços afectivos da liberdade.

No que se refere à gestão de conflitos na prisão, constatou-se que existe um maior número de reclusas a dizer que essa gestão é não diferenciada, do que uma gestão de conflitos diferenciada positiva ou, negativamente. No entanto, será crucial questionar, neste momento, se essa resposta ocorreu, de forma genuína, ou se havia alguma “desejabilidade social”, ou seja, as reclusas poderiam prever que essa seria a resposta mais adequada e mais aceite por quem a estava a entrevistar, como houvesse, por parte do investigador, a espera que as reclusas dessem determinadas respostas.

No que concerne à existência de discriminação por parte das reclusas em relação àquelas que manifestam comportamento homossexual ou que eram homossexuais evidenciou-se uma maior proporção de respostas de reclusas ciganas. No entanto, também se observou discriminação, naquelas reclusas que criticam essa realidade, mas que acabaram por se envolver em relações homossexuais. Existe também testemunhos de discriminação na população em geral, mas essas respostas não são conclusivas para caracterizar que existe, de facto, discriminação por parte das reclusas.

Porém, tal como se encontra na literatura, as ciganas são das reclusas com maiores comentários depreciativos em relação às questões da homossexualidade e neste estudo, mais uma vez, isso se observa. Ainda, no que toca à questão da discriminação na prisão observou-se que esta é menos evidente na prisão do Brasil, esta constatação pode estar relacionada também com a inexistência de ciganas na população prisional, neste país.

Percebeu-se, ainda, que na prisão as pessoas não se tornam homossexuais, mas que a cadeia pelas suas características particulares: pelo isolamento do exterior, pela necessidade de protecção ou, simplesmente, pela necessidade de adaptação ao sistema, podem facilitar esse comportamento, mas pelo facto da pessoa manifestar esses comportamentos não significa, obrigatoriamente, que a reclusa é lésbica ou que se tornará lésbica, e, não se pode concluir que ela se tornou lésbica mesmo que ao voltar à liberdade, ela os manifeste, tal como se não os manifestar. Devemos apenas encarar a questão da homossexualidade, como uma das três orientações sexuais, e se encarmos esta realidade de uma forma menos rígida e estanque, não aprisionamos mais, quem já se encontra aprisionado.

E tal, como se deve buscar a compreensão da criminalidade por meio do estudo da interacção entre indivíduo criminoso e a sociedade. Também as questões da homossexualidade na prisão, não devem ser interpretadas, apenas, segundo um único prisma “atrás das grades”, mas considerando toda essa realidade em interacção com a sociedade, através dos padrões e normas que regem a mesma.

E ao analisar qualquer realidade dentro do coração de uma prisão precisamos olhar para o outro sem julgá-lo, sem buscar culpados, nem correlações lineares, afinal continuamos a falar de seres humanos.

É urgente reflectir e agir. “Um artista antes de esculpir a sua bela obra, analisa vários ângulos e possibilidades antes de iniciar o seu trabalho, assim como ele devemos ampliar os horizontes e lutar para que os direitos humanos sejam respeitados a qualquer custo” (Pio, 2006).

E... se uma obra foi concebida para que houvesse interpretação do seu autor, então mais do que colocar teorias, naquilo que escrevemos, devemos colocar a nossa vida.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cunha, M. I. (2002). *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*. Fim de Século-Edições, Sociedade Unipessoal, Lda.

- Cunha, M. I. (1994). *Malhas que a reclusão tece: questões de identidade numa prisão feminina*. Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários. Lisboa.
- Cunha, M. I. (1990). *A prisão feminina como ilha de Lesbos e escola do crime: Discursos, representações e praticas*. Centro de Estudos Judiciários.
- Leal, J. M. P. (2007). *Crime no Feminino: Trajectórias Delinquentiais de Mulheres*. Edições Almedina, SA. Fevereiro, Coimbra.
- Naphy, W. (2006). *Born To Be Gay : História da Homossexualidade*. Edições 70, LDA. Lisboa. Fevereiro.
- Nardi, H. C. (2005). *South América, LGBT youth and issues, education, and sexualities: an international encyclopedia*, Westport: Greenwood Press. p. 817-821.
- Nogueira, C. (2005). *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática – Fundamentos Construcionistas Sociais e Críticos para o Estudo do Género*. Centro de Investigação em Psicologia, Universidade do Minho, Braga.
- Rodrigues, D.; Vieira, C. F.; Oliveira, E.; Figueiredo, J.; Figueiredo, M. (2000). *Ciganas e não ciganas: reclusão no feminino*. Contra-Regra, Lisboa.

A produção da sexualidade pela mídia

Lucimara das Graças Gomes Garcia
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
lggg@seed.pr.gov.br

Rita de Cássia da Silva Oliveira
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
soliveira13@uol.com.br

Resumo: A atividade sexual na adolescência vem se iniciando cada vez mais precocemente, com consequências indesejáveis imediatas como o aumento da gravidez nessa faixa etária. A sexualidade, entendida como uma construção humana, histórica e cultural, precisa ser discutida na escola, espaço privilegiado para discussão do conhecimento historicamente produzido. Entender o desenvolvimento da sexualidade dos adolescentes, considerando as influências exercidas pela mídia é um grande desafio, já que as mudanças culturais ocorridas ao longo da história, modificaram o comportamento do ser humano, em especial na sua forma de viver e encarar a sexualidade. Por isso a presente pesquisa objetiva refletir no âmbito escolar sobre a construção da sexualidade humana, frente ao poderio da mídia e as suas consequências - erotização infanto-juvenil, liberalização sexual e a gravidez precoce -, bem como a responsabilidade e eficiência da escola nesta tarefa de prevenção; provocar na escola uma profunda e necessária reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores, buscando desvincular sexualidade dos preconceitos, adotando postura condizente com uma educação voltada para cidadania, e assim promover o exercício responsável da sexualidade dos jovens. Objetiva-se ainda chamar a atenção desses profissionais para questões pertinentes a sexualidade e a prevenção da gravidez precoce, visando a redução de casos de gravidez. Para tanto se optou por utilizar uma metodologia qualitativa de cunho investigativo e interpretativo, fazendo uso de aprofundamento teórico, desenvolvimento de programas de orientação aos adolescentes sobre a temática e criação de grupos de estudos com os professores envolvidos no projeto.

Palavras-chave: sexualidade, escola, gravidez na adolescência, mídia

Introdução

Uma das maiores problemáticas enfrentadas na sociedade brasileira atual com grandes repercussões na saúde pública e na vida dos jovens é a gravidez precoce, acarretando aos adolescentes uma responsabilidade de criar um filho, a qual ainda não estão maduros para assumi-la, além de causar a evasão escolar pelos mais diversos motivos.

Observa-se claramente o crescimento do número de adolescentes grávidas na rede pública estadual, esse crescimento causa uma preocupação, pois se questiona o motivo pelo qual cada vez mais cedo os adolescentes iniciam sua vida sexual.

Considerando toda esta mudança de comportamento e o elevado número de alunas gestantes na rede estadual de ensino, se faz necessário esta reflexão junto aos educadores: Até que ponto as informações oriundas da mídia contribuem para estes resultados, e qual a importância da informação educativa veiculada pela escola?

A sociedade pós moderna tem apresentado mudanças significativas no que se refere a convivência social gerando conflitos intergeracionais devido a comportamentos e posturas assumidas pelos jovens.

Sabe-se que os profissionais que atuam nos estabelecimentos de ensino precisam de um referencial teórico que auxilie numa prática diferenciada na abordagem da sexualidade, a consolidação de uma sexualidade saudável e prazerosa começa com um educador bem preparado e disponível para essa tarefa, minimizando em médio prazo os casos de gravidez na adolescência.

A mídia tem colaborado para oferecer esclarecimentos e alertar aos jovens sobre essa problemática, porém ainda insuficiente, até porque levar para o ambiente escolar essa discussão, aliada ao entendimento da influência da mídia sobre o jovem quanto a sexualidade e aspectos correlatos se faz necessária.

Essa discussão, no âmbito escolar, também é pertinente como alerta e esclarecimento aos jovens sobre a questão, chamando-o para a responsabilidade dos seus atos e as consequências que deles advém.